

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O DICCCIONARIO DA LINGUA TUPY DE 1858 COMO EXEMPLO DE FONTE PARA UMA HISTÓRIA AMBIENTAL

Jaqueline Ferreira da Mota

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof.^a Onésima Pereira de Barros,
Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC/PA), Santarém, Pará

jaquelinefdamota@gmail.com

1. Introdução

Entre 1854 e 1858, o escritor, poeta, professor, crítico de história e etnólogo maranhense Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) foi para a Alemanha responder pela Secretaria dos Negócios Estrangeiros na Europa. Foi nesse período que publicou *Os Timbiras* (1857) e o *Diccionario da Lingua Tupy* (1858), este último a fonte principal de nosso estudo, a partir da qual nos questionamos: a) Sobre quais indígenas Gonçalves Dias está falando? b) Ele demonstra uma consciência da diversidade indígena brasileira? No prefácio do *Diccionario*, Gonçalves Dias relata:

Encarregado ha algum tempo pelo Instituto Historico Geographico Brasileiro de apresentar-lhe uma Memoria acerca dos nossos Indigenas, tive de occupar-me com especialidade dos que habitavão o litoral do Brazil, quando foi do seo descobrimento, os quaes por esse facto forão os primeiros que se acharão em contacto com os colonos portugueses. (DIAS, 1858, fôlio V)

Nesse trecho, Gonçalves Dias afirma que teve de se dedicar especialmente dos índios que habitavam o litoral do Brasil, tendo sido esses os principais personagens do contato com os portugueses. Na sequência do prefácio, porém, Gonçalves Dias informa as fontes principais que compilou para a elaboração do *Diccionario*: o vocabulário da *Poranduba Maranhense* (1891), a Gramática do Padre Figueira (1687), o *Diccionario Braziliانو* de 1795, um manuscrito da Biblioteca do Rio de 1751, um manuscrito da Academia de Ciências de Lisboa e, finalmente, quatro dos cadernos da expedição científica de Alexandre Rodrigues Ferreira, datados de 1785, 1786 e 1787. Como sabemos, a *Poranduba Maranhense*, e a expedição de Ferreira ocorreram na Amazônia e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2

o *Diccionario Brasiliano* de 1795 é o de Frei Veloso¹(EDELWEISS, 1969, p.293), escrito com base no dicionário paraense de 1751 (MARTINS, 1945).

Se por um lado, Gonçalves Dias afirma ter procurado estabelecer um dicionário porque precisava fazer um estudo prévio da língua que os indígenas do litoral brasileiro falavam como um requisito para seu objetivo final, o de “tratar dos caracteres intellectuaes e moraes dessas tribus”, por outro, não há uma homogeneidade com relação às suas fontes e seu objetivo, pois como sabemos, as populações indígenas do litoral brasileiro não são as mesmas com as quais se deparou Alexandre Rodrigues Ferreira na Amazônia do século XVIII, tampouco os outros autores das fontes compiladas, que desenvolveram seus trabalhos no Norte e não no litoral do Brasil.

Conforme nos conta Márcia Lígia Guidin, consta na bibliografia de Gonçalves Dias a existência precursora de um manuscrito denominado “*Vocabulário da língua geral usada hoje em dia no Alto-Amazonas*” escrito em 1851 e entregue à Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico, mas não há registro dessa publicação e, segundo biógrafos, teria sido perdida pelo próprio instituto. (GUIDIN, 2002, p. LVII). Desta forma, o *Diccionario da Lingua Tupy*, de 1858, é a obra principal de Gonçalves Dias escrita em uma língua indígena.

Nossa pesquisa foi pensada a partir das reflexões da História Ambiental, matriz teórico-metodológica que nos apresenta caminhos para pensar a natureza e sua relação com humanos, tanto brancos como povos tradicionais. Em livro recém-publicado, pesquisadores de áreas diversas como História, Antropologia e Arqueologia, propõem pensar as vozes das plantas e as relações travadas com elas pelos povos indígenas e quilombolas. Ao questionarem o que chamam de falso dilema entre plantas selvagens e domesticadas, os estudos recentes da Arqueologia demonstram, por meio das relações entre os povos indígenas e as plantas das florestas, uma multiplicidade de práticas de cultivo que não se limitam a uma concepção unívoca de agricultura (OLIVEIRA, 2020).

É preciso também abordar a questão da construção dos territórios. Ao analisar a contribuição do naturalista alemão Martius sobre a visão do território brasileiro, José

¹ Como nos lembra Edelweiss, foi publicado sem o nome de Frei Veloso, que coordenou a impressão do manuscrito.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

3

Augusto Pádua nos lembra que a maior contribuição desse naturalista foi propor uma visão totalizante de nosso território, apontando a diversidade biofísica brasileira e demarcando os espaços territoriais até então pouco conhecidos. Essa visão totalizante proposta por Martius contribuiu grandemente para favorecer o Brasil como Estado no século XIX, já que as discussões políticas da época realizadas pelas oligarquias regionais questionavam essa grande extensão territorial como parte de um único país. O projeto de Martius, ao buscar construir uma visão do Brasil em sua totalidade, unindo a diversidade da flora, as variadas paisagens e os fundamentos de sua história, contribuiu para fortalecer a imagem de um território único, que não poderia existir separado em vários países (PÁDUA, 2018, p.56-58). A questão ambiental pode, portanto, ser pensada historicamente, principalmente quando buscamos refletir sobre o bioma amazônico, tão depauperado por políticas violentas de extração e de colonização.

A História Ambiental é nossa matriz teórica na medida em que nos oferece estofos para pensarmos fontes históricas e literárias como instrumento para o desenvolvimento sustentável, conforme já nos apontou Carola (2009). Para esse historiador, quando pensamos a estrutura do Império Romano ou das cidades-estado gregas, vemos o quão custoso era social e ambientalmente sustentar um exército gigantesco como o romano, e podemos enumerar a quantidade de problemas ambientais enfrentados por essas sociedades, como a difusão de epidemias desconhecidas, as invasões bárbaras e a deterioração da economia. Por isso, a História Ambiental pode nos ajudar a compreender as relações entre cultura e natureza que se desenvolveram em diversas épocas e lugares, bem como perceber a diversidade das representações da natureza e das relações estabelecidas com o ambiente natural (CAROLA, 2009, p. 184), permitindo um estudo comparativo como nossas questões atuais.

2. Um Dicionário pode ser usado como fonte na História Ambiental?

Segundo Kaori Kodama, há um vínculo entre o indianismo literário de Gonçalves Dias e o estudo que ele buscou realizar acerca dos índios, pois estava interessado em propor um lugar para o índio na História do Brasil, no curso do que propunha a sua geração Romântica, que defenderia a criação de um passado mítico brasileiro por meio

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

4

da figura do indígena, apontado por Antonio Candido como uma convergência entre literatura e história (2007, p.3). Kodama nos explica que o interesse etnográfico de Gonçalves Dias surge a partir da elaboração de uma escrita da história do Brasil que buscava se destacar por uma cor local que seria atingida considerando os costumes e a religião dos índios brasileiros, seguindo os passos do que tinha feito Martius nos anos 1840 (KODAMA, 2007, p.4). Gonçalves Dias acreditava que a ferramenta etnográfica fornecida por autores como Maximilliam Wied-Neuwied, de D’Orbiny e Martius fecundaria os estudos dele, que se considerava um “historiador poeta”.

Em sua tese publicada em livro em 2009, Kaori Kodama tem como objetivo debater o nascimento e a prática da etnografia no interior do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), enfatizando o momento da discussão política em torno dos projetos nacionais para o Brasil Imperial. A etnografia surge como uma ferramenta para definir o outro, essa complexa tarefa embutida na escrita de uma história nacional, questão basilar para o projeto de invenção da comunidade nacional no Brasil oitocentista. Para Kodama, a etnografia está presente no IHGB como completamente vinculada à história do Brasil desde a defesa de Cunha Matos em 1839 e, a pesquisa sobre os índios, tomado como objeto de pesquisa vinculado ao estudo do passado remoto do Brasil, passou a ser um tema próprio com a aprovação da Comissão de Arqueologia e Etnografia Indígena em 16 de setembro de 1847 (2009, p.86).

Freire Alemão, a partir do respaldo dessa comissão, solicita em outubro desse ano aos presidentes das províncias, informações sobre as diversas tribos indígenas que existiam nas mais diferentes regiões do Império. Francisco Adolfo de Varnhagen, consócio do instituto, envia em 1849 uma carta de Madrid em que reitera a necessidade de que se fizessem estudos sobre as línguas indígenas, buscando as particularidades de cada grupo indígena, para ele o objetivo principal de qualquer estudo etnográfico. Para Varnhagen, o estudo das línguas indígenas era o método que poderia alcançar o que para ele seria primordial: a caracterização e distinção entre os indígenas da América, particularizando-os em relação aos outros povos do mundo. (KODAMA, 2009, p.86).

Concordamos com Varnhagen e, a partir da concepção dos membros do instituto sobre a valorização dos documentos em línguas indígenas como forma de chegar às

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

5

particularidades dos vários grupos indígenas do Império, tomamos o *Diccionario da Lingua Tupy* como produto etnográfico do século XIX e passível de nos fornecer informações históricas sobre os grupos indígenas compilados por Gonçalves Dias. Para nós, *Diccionario da Lingua Tupy* pode ser usado como fonte para uma História Ambiental ao considerarmos que se trata de um produto etnográfico sobre os povos indígenas mencionados.

2.1 As etnias indígenas presentes no *Diccionario da Lingua Tupy* de 1858

Um levantamento preliminar na obra de Gonçalves Dias nos permite rascunhar algumas respostas para as perguntas que motivaram nossa pesquisa, elencadas no começo desse texto e desenvolvidas a seguir.

a) Sobre quais indígenas Gonçalves Dias está falando?

O *Diccionario da Lingua Tupy* de 1858 apresenta 4237 verbetes, estruturados em ordem alfabética e contendo diversas informações sobre a fauna e a flora brasileiras, mencionando também alguns grupos indígenas. Como ele informa no Prefácio do *Diccionario*, reuniu extensas anotações sobre diversos grupos indígenas a partir do estudo das seguintes fontes: 1) O Vocabulário da *Poranduba Maranhense* de 1891; 2) *A Gramática* do Padre Figueira, de 1687; 3) *Dicionário* de 1795, de Frei Veloso. Esse dicionário de 1795, como sabemos, é uma versão modificada da obra de 1751 (MARTINS, 1945), já que Frei Veloso achou por bem corrigir trechos do manuscrito quando da sua edição; 4) Um *Dicionário* manuscrito conservado na biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa; 5) Quatro dos cinco cadernos que acompanharam as remessas de Alexandre Rodrigues Ferreira datados de 1785, 1786 e 1787. Reunindo fontes tão diversas, de séculos diferentes e de fases específicas do que poderíamos chamar de evolução histórica da língua tupi, poderíamos pensar haver uma grande diversidade de etnias indígenas elencadas nos verbetes, mas não é o que ocorre. Aparentemente, todas as etnias mencionadas por Gonçalves Dias foram retiradas do material coligido por Alexandre Rodrigues Ferreira, bastante citado no *Diccionario*, assim como o Padre Figueira e o viajante alemão Hans Staden.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

6

Os verbetes que mencionam etnias indígenas ou costumes indígenas são: “Acajá (hoje cajazeiro), árvore frutífera; os indígenas chamavam-na também *Ybamétara*; floresce no estio, dá frutos no inverno” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.205), “Acaju etá, ano, idade. Acaju roig, idem. Os índios guardavam cada ano uma castanha de caju para contagem dos anos que viviam” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.205), “Acangatára (H.Stadt escreve *Kannitar*), penacho, enfeite de penas que traziam na cabeça” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.206), “Acará, árdea, espécie de garça, também lhe dão o nome de *goratinga* ou *guiratinga*; de suas penas faziam os indígenas penachos. Há várias espécies; uma, das mais pequenas, que andam em bandos, fazem ninhos no cimo das árvores e sustentam-se de mariscos” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.206).

Acima, vemos que Gonçalves Dias opina sobre os dados encontrados: ele afirma que os índios demonstram afetação ao usar o canto do Acauán para determinar a chegada de algum hóspede; o *Diccionario*, portanto, pode ser considerada obra autoral e não apenas um arrolamento de dados reunidos aleatoriamente. Gonçalves Dias apresenta uma postura depreciativa com esse comentário, e podemos nos perguntar como ele chega a essa conclusão, já que, como sabemos, Dias nunca fizera trabalho de campo. Kodama nos lembra que foi com Ferdinand Denis que o programa de criação de uma literatura que particularizasse o Brasil foi definido, vinte anos antes da proposta do lançamento de *Brasil e Oceania*. Em Gonçalves Dias, porém, a aproximação entre poesia e história parte da sua crença na possibilidade de identificação de um sentimento nacional a partir do elemento indígena, conseguido ao se estudar várias etnografias, objeto considerado a chave científica para a compreensão dos povos não-europeus, chave que começava a ser valorizada na metade do século XIX. O índio retratado pelo poeta seria, desta forma, reforçado a partir de um conhecimento científico fundamentado na leitura da bibliografia etnográfica. (KODAMA, 2007, pp.5-6)

Continuando o levantamento dos verbetes “Botoque. Os **Botocudos** o faziam do barrigudo; o gentio **Mura** da pedra que tira do cérebro do peixe *Pirarucu*, desbastando-a em uma pedra de afiar, até dar-lhe a forma conveniente” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.219-220), “Bragança, arma do **gentio do Rio Branco**” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.220), “Çuaçú, veado. O nosso célebre naturalista Alexandre Rodrigues

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

7

Ferreira diz que os índios chamavam *Subá assu* a todo veado, por terem a cabeça comprida e grande testa, a que (acrescenta ele), os índios chamam *Subá assú*. Parece-me, contudo, que esta palavra tem outra etimologia; de çuú, mastigar: *çúu assu* vale tanto como ruminante. Os índios chamavam *Çuáçú-merin* ao filho, e não só por ser pequeno” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.226), “Cancán, ave, espécie de falcão: habita em lugares pouco frequentados, e com voz estrídula anuncia a chegada de alguém” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.230), “Capiuára ou *Capivára* (que vive entre o capim). Os **gentios peruanos do Rio Branco** traziam os dentes deste animal pendurados às orelhas, à maneira de brincos” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.230), “Carajurú, cipó de cujas féculas se extrai uma tinta vermelha, com que os índios pintavam as cuias, as tangas feitas de palmeira *Muriti*, e a roupa de serviço” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.231), “Carauá, espécie de bromélia, de que os índios faziam cordas” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.231), “Castanheiro, chamado do Maranhão. Da entrecasca tiram a estopa com que calafetam as embarcações, e preferem a qualquer outra para o calafeto das partes que têm de ficar debaixo d’água” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.231), “Cicantáa ihúa, pau de breu: o leite é bom para as feridas, e para corroborar o estômago, aplicado à boca dele. Purifica-se e reduz-se à forma de pães para se guardar. Quando depois tem de ser empregado, mistura-se com qualquer óleo ou azeite, e derretido ao fogo, fica sendo o breu ordinário, empregado no calafeto das canoas” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.237), “Cordas, os indígenas as faziam da sapucaia, da embira piranga, da árvore mataumatá, da palmeira tucum, da bromélia carauá, do uambé, da entrecasca do *Mongúba-hy*, servindo as desta árvore para amarras de canoas, escotas de velas – e em geral dos cipós, das embiras e de grande número de bromélias” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.239), “Coróca, diz o **povo no Maranhão** dos velhos adoentados. Velho ou velha coroca. Ave” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.240), “Cuatá, macaco de movimentos muito tardos, e que para caminhar vai lançando o rabo à maneira de arpéu. Sobre a origem desta palavra escreveu A.R. Ferreira o seguinte: ‘Não deixarei de escrever o que os índios fabulizam a respeito deste macaco. Dizem eles que tendo um desafio com o gavião real, este lhe disse: Com que me pretendes matar? Porventura parece-te que com o teu rabo me vencerás? Então o Cuatá, mostrando-lhe as mãos, lhe disse: Quá tahá! E

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

8

que, vendo o gavião o seu desembaraço, lhe protestou, que dali em diante seriam muito amigos” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.241), “Cuaxingúba, chamada no Rio Negro *Uapuim uassú*, pelos portugueses *Lombrigueira*, árvore de que os **Jurupixunas** faziam tangas, camisas. Escolhem os troncos mais grossos, cortam-no no comprimento que querem tenham o pano, e fazem-lhe na casca uma incisão longitudinal. Por entre os lábios da incisão introduzem uma palmeta de madeira, disposta à maneira de cunha, para separarem a casca do tronco. Separam-na ainda da epiderme verde, vestem de novo o tronco, batem-no e expelem a umidade” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.241), “Cuidarús, armas curtas, a modo de lanças, de que usavam **os gentios do Rio Branco** (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.241), “Cupyua rána, de cujas sementes faziam **os gentios do Rio Branco** uma enfiada que traziam à cinta, nas pernas e também nas tabocas, de que faziam bengalas, com que marcavam o compasso da dança” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.242), “Cury, tinta com que no Pará pintam as cuias” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.243), “Cuyeira, de que as índias do Pará fazem as cuias. Pintam-nas de *urucú, carajurú, cury, tauá, tobatinga*; servindo-lhes de óleo a infusão da casca da árvore *eumaty*, a qual também serve de mordente, porque antes de pintadas as cuias as metem na dita infusão, e sem isto dizem elas que lhes não pegam bem as tintas, e não ficam bem lustrosas. Ferreira escreveu a este respeito: ‘As que se distinguem neste gênero de trabalho são **as índias da Vila de Monte Alegre**, e as das barreiras circunvizinhas chamadas de *Curupá-tuba* (no Pará) e no Rio Negro as do lugar Carvoeiro’. Os curandeiros aplicam o dito fruto para hérnias, assando-o e dividindo-o em duas metades, e metendo entre elas os testículos, o que os faz desinchar prontamente” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, pp.243-244), “**Guajá járas**, índios do Maranhão” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.249), Guarijúba, animal, espécie de Guariba, de cor amarelada; por isso (diz Ferreira) lhe chamam juba; sustenta-se de frutos e folhas” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.250), “Iamurú.I. Bem feito; folgo que lhe aconteça mal. II. É o fruto inteiro da cuieira, com diferença que são abertos por cima (*cuya-ambuca, combúca*), em que **as índias** guardam as suas curiosidades” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.253), “Imyra keynha, cravo do sertão” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.256), “Ipadú, **os índios do Amazonas** secam ao forno as folhas do Ipadu, reduzem-nas a pó em um pilão

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

9

próprio; e, misturado com um pouco de cinza das folhas da ambaúba e um pouco de tipioca, trazem-no na boca em vez de masca, e o engolem depois de bem macerado” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.257), “Itajuba póca, árvore de que os **Muras** faziam os seus arcos” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.258), “Itán, concha do Rio Branco e Maranhão” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.258), “Jacaré Ihúa, árvore de que se construía canoas de 30 e 40 palmos de comprimento: duração de 3 a 4 anos. Esta árvore nasce pelas vargens e margens dos rios em partes úmidas” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.260), “Jacú tinga, espécie 4.^a. Ferreira diz que é o da cor preta” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.261), “Jurará ou Yurára, cágado, tartaruga. No tempo em que Alexandre Rodrigues visitou o Pará, era a manteiga dos ovos de tartaruga uma das indústrias mais usadas em certas estações. (...)” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.270), “Jutay’ (frutos de), são desagradáveis no gosto, e contudo os **índios** os comem. Desta árvore se colhe a resina chamada *Jutay-cica*, ou goma copal, com que invernicam a louça. Nasce esta árvore pelo centro do mato, em terras firmes. Da casca fazem os **gentios** suas *ubás*, em que andam embarcados” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.272), “Macucu-mirim, árvore do Pará. Com a infusão da entrecasca desta árvore é que dão uma espécie de mordente nas cuias, sobre o qual assentam depois as tintas: usam deste mordente na falta de outro, que extraem da árvore *Cumaty*, que é melhor. (...)” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.274), “Mamiá, buzinas. Fazem de diferentes madeiras, de arara-canga, caju-assu, juniparana, molongó, e outras, unindo com a resina do *anany* as duas metades, que fazem separadamente, e reforçando-as por fora com ligadura da casca do cipó-uambé, passando a enfeitá-las mais e menos, segundo são mais ou menos polidos os seus artífices. Usam delas no mato para as suas guerras e escaramuças, ensaios militares e danças das suas festas. Aos cabos das canoas de viagem pelo sertão, servem para convocarem os índios na ocasião de largarem dos portos, onde estão surtos. (A.R.Ferreira.)” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, pp.275-276), “Manacá (no Pará), uma flor. É também o nome que se dá à moça mais bela de uma tribo, ou das que se acham juntas em alguma festa” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.276), “Manipoeira, é a água que destila a mandioca ralada e espremida, a que também se chama *tucupim*. O tucupim concentrado ao fogo dá uma calda que serve para tempero; e essa calda nos sertões do norte dá-se igualmente o nome

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

10

de manipoeira” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.276), “Maquíra, rede. Faziam-na os índios dos folíolos das frondes do olho da palmeira murity, fiados e torcidos à maneira de fios grossos de algodão” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.277), “Maráca.I. Instrumento das solenidades religiosas dos índios: cascavel. II. Árvore de fruto que nasce pela terra firme, que se diz semelhante a uma espécie da *crescentia* de Lineu. III. Por ampliação do sentido direto da palavra, dá-se hoje este nome a um chocalho feito de lata e cheio de pedrinhas, que serve às crianças de brinquedo” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.277), “Maracatim, navio, embarcação grande. Era o nome que os índios davam às suas embarcações de guerra, as quais tinham na proa um maracá, que eles faziam tocar quando acometiam” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.277), “**Mauhá**, gentio que habita as margens do rio Cumiary e seus afluentes; lugar” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.278), “Meauçúba, cativo, escravo” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.280), “Mokéca, melhor *Pokéca*, embrulho. Hoje significa um guisado de peixe. Na frase vulgar – estar de moqueca – é estar de pé dormente, sem se importar de cousa alguma” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.289), “Mopyâ catu taína merim, acalantar, embalar a criança” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.293), “Moroxába, dizia-se outro tempo, entre os colonos, de uma prostituta” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.294), “Muirahen Piréra, na **língua Baré** – *Hinidad* em português – árvore preciosa, pelo ativíssimo aroma que exala. O fruto se parece com o *puxery*, e por isso lhe chamam também os índios *puxery merim*, por ter a mesma figura; tem menor volume que aquele, mas o aroma é mais delicado; fruto difícil de obter-se pela guerra que lhe fazem as aves” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.295), “Murucú, arma: são grandes, de ordinário de pau vermelho, e alguns feitos particularmente para combater com o gentio **Passé**. Os **Muras**, que deles usavam, tinham outros ervados, para combaterem peito a peito. Entre os **Jurupixunas**, servem de lanças, as quais brandem violentamente e meneiam de modo que ferem com ambas as mãos” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, pp.295-296), “Myra. I. Antes *Muirá pyranga*, pau vermelho, de que os índios faziam os seus arcos. II. *Vide Mirá*” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.296), “Namuým, árvore, que também chamam louro; dá um fruto que os índios comem cozido. Da madeira se faz Taboado para bancos, mesas, portas, e também para câmaras e toldas das canoas grandes. Nasce pelas várzeas, ilhas alagadiças,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

11

e principalmente nas terras de Barcelos e seus contornos” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.297), “Pajurá, árvore, cujos frutos os índios e brancos comem; as sementes secas e raladas são empregadas para cura de desinteria. Nasce pelas margens dos Rios (no Pará) em partes úmidas” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.310), “Paracutáca, árvore do Alto Amazonas, de que se sustentam as tartarugas. Da madeira fazem os índios os seus remos, e também algumas canoinhas, mas são de pouca duração. Nasce pelas margens dos rios com as raízes debaixo d’água” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.311), “Paracuúba, árvore da qual os **Muras** faziam os seus arcos” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.311), “Paricá, servia aos índios em vez de fumo. Nos cachimbos, em que os Muras fumavam o paricá, os tubos eram feitos de alguns caniços ou das hastes, que sustentam a frutificação das palmeiras – *Marajá* e outras, e também da *tabóca-merim*. As caçoletas onde punham o paricá eram os gargais do fruto da *cabeceira*. Os tubos eram reforçados com fio de algodão, ou com a casca dos talos da folha da palmeira *yaxitára*” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.312), “Parinary, árvore, acerca da qual escreveu A.R.Ferreira: ‘A formiga ajunta a página exterior desta árvore para fazer seus ninhos; e os índios a recolhem, depois de ajuntada pela tal formiga. A isto chamam *Taracué* e lhes serve para isca, sobre que ferem fogo” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.312), “Pora, habitador, habitante. (...) Segundo o modo de pensar dos índios, podia-se viver na terra e no céu. Exprimiam isso em sua língua pelos dois vocábulos – *Ibáke póra* e *Yby póra* -, o primeiro tem a mesma significação que damos à palavra bem-aventurado; o segundo, a de vivente. (...)” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.321), “Pupunheira (eira – desinência portuguesa), palmeira, cujos frutos se comem cozidos. ‘Um dos sinais de haver povoações, quando se viaja, é em se avistando ao longe as ditas pupunheiras, por serem das primeiras plantas que se costumam plantar nos estabelecimentos de povoações, de fazendas, e das casas dos mesmos lavradores, e isto, tanto pela sua formosura e extraordinária altura, como pela essencial utilidade de lhe comerem os frutos. A.R.Ferreira” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.326), “Taba póra, forro, livre, senhor de si” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.336), “Tabatinga, barro branco. As índias do Pará empregam-no na pintura das cuias” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.336), “Tambóra (palavra portuguesa corrompida), Ferreira escreve: *Tamóra-merim*, imitação

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

12

dos tambores, que os índios aldeados fabricavam. Em 1788 remeteu aquele naturalista para Portugal um destes instrumentos, mais curioso decerto pela matéria do que pela mão-de-obra. A caixa era feita da madeira *Cupy ihúa*, as duas peles da bateria de *cutia*, os arquiños das peles de juniparána, os dois arcos – superior e inferior – de araticum, a corda inferior que serve de bordão e as outras, que entesam os arcos, de carauatá. Pintavam-nos com *tauá*, *cury*, carajuru, anil e tabatinga, servindo-lhes de mordente a entrecasca da árvore *xixí*. A bandoleira era tecida das folhas da palmeira Tucumã” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, pp.337-338), “Tapéra, aldeia velha, sítio abandonado. Segundo Pison, significa também andorinha” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.338), “Tapuya, e também *Tapyiya*, gentio. Escrito do primeiro modo, o Pe. Figueira o dá com a significação de choupana. *A-y-tapûi mongatiron xe-cig*, conserto a choupana de minha mãe” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.338), “Tapuya caapóra, bárbaro, selvagem” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.338), “Tapuya táma, sertão” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.339), “Tapuy-tinga, francês” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.339), “Tayaçú, porco. Os chefes dos **gentios do Rio Branco** traziam por distinção, em colares, ao pescoço os dentes deste animal” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.340), “Temetára, pedra que os Botocudos traziam enfiada no beijo” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.342), “Tracajá (A.R.Ferreira escreve mais acertadamente *Taracajá*), tartaruga redonda, do sexo masculino) (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.345), “Trocano, diz Ferreira: “Era o instrumento de guerra de quase todos os **gentios do Pará**, como o havia na aldeia antigamente chamada de Trocano, hoje Vila de Borba. Serve ao gentio de caixa de guerra para as suas chamadas, e também para os avisos, que de parte a parte fazem umas a outras aldeias, quando há novidade que participar aos aliados, que estão mais distantes. De sorte que a primeira aldeia, que ouve o sinal do Trocano, o participa a outra, sua imediata, fazendo o mesmo sinal, e assim em breve tempo se avisam ainda as que estão mais remotas. Também serve para chamada de baile, e se distingue pelo diferente toque. (...)” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.345), “Uaicá, **gentio do Rio Branco**” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.350), Uanixi, árvore, de cujas sementes as **indígenas do Rio Branco** faziam colares” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.350), “Uatapú, distintivo que os principais ‘**Uapixanas**’ usavam trazer pendente sobre o peito” (DIAS 1858 apud

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

13

GUIDIN, 2002, p.350), “Uî atá, farinha bem cozida, que levavam em suas marchas, a qual depois se chamou farinha de guerra” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.350), “Uma, emprega-se na composição em lugar de *pituna*, negro, escuro, preto. Rio preto ou negro, diriam os indígenas – *yg* – ou *y’-una*; nós dizemos *Una*, simplesmente, porque o *yg* se acha traduzido na palavra portuguesa que se lhe acrescenta: *Rio Una* (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.352), “Uruá, concha do Rio Branco, que também se encontra em outros lugares nas Províncias do norte” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.352), “Xuban (artigo *ai*), chupar. *Quecê baeacibora pajé y-xuban-i*, ontem o feiticeiro chupou o enfermo (...)” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.355).

Há outros verbetes sobre os grupos indígenas relacionados a rituais e figuras míticas, que por motivos de espaço, não transcrevemos aqui. Os dados recolhidos acima, no entanto, já nos permitem responder nossa pergunta sobre se a diversidade indígena era uma questão definida para Gonçalves Dias, demonstrada pela identificação de várias etnias indígenas que são descritas pela prática de costumes específicos e em lugares diferentes.

b) Ele demonstra uma consciência da diversidade indígena brasileira?

Como Gonçalves Dias cita várias etnias indígenas, com costumes específicos e como ele menciona lugares específicos – Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Paraíba, Paraíba do norte, São Paulo, Rio Branco – podemos sim afirmar que ele não considera os grupos indígenas como um todo homogêneo. Há uma única menção à língua guarani, no verbe *Abicuy*, que significaria o verbo pentear, “*Abicuy (guarani)*, pentear” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.204) e também na explicação do verbe *Póra*, que Dias diferencia de *Guára*, afirmando que “*Guára, radical de guaráni*, soaria ao princípio como sinônimo de guerreiro, o que, no seu modo de falar, rejeita a idéia de coação passiva” (DIAS 1858 apud GUIDIN, 2002, p.322), quando não fala da língua, mas do indivíduo *Guarani*. Assim, o *Diccionario* proposto por Gonçalves Dias é considerado como sendo da língua tupi, com exceção desses exemplos guarani, embora haja uma grande distância histórica entre as fontes reunidas. As etnias claramente mencionadas no *Diccionario* são os **Botocudos**, os **Muras**, o **gentio do Rio Branco**, os **gentios peruanos do Rio Branco**,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

14

Jurupixunas, Guajájaras, os índios do Amazonas, Mauhá (o gentio que habita as margens do rio Cumiary e seus afluentes), **as índias da Vila de Monte Alegre, os Baré** (menciona a língua Baré), o **gentio Passé, os gentios do Pará, Potiguáras, Tabajaras,** e os **Uapixanas**. Podemos, de imediato, apontar a disparidade entre o que Gonçalves Dias informara no prefácio e no conteúdo do *Diccionario*, pois, se em um primeiro momento ele buscara informações sobre os povos indígenas do litoral brasileiro, vemos que os dados coletados por ele são em grande parte de povos indígenas da Amazônia brasileira e peruana.

2.2 Conclusão

Acredito que a proposta de estudar o *Diccionario da Lingua Tupy* de Gonçalves Dias com o suporte da História Ambiental se justifica pelas pistas que encontramos nessa fonte: continuamos em busca dos indígenas elencados por Gonçalves Dias a partir da descrição da flora e da fauna coligida no *Diccionario*, para além das menções explícitas de etnias indígenas feitas por Gonçalves Dias. Grande parte das informações dos lugares coletados por Gonçalves Dias são da natureza: rios, plantas, animais. Sentimos necessidade de analisar essas informações a partir de um estofo teórico e científico consolidado e desta forma, chegamos aos autores da História Ambiental.

Para Iuri Pereira, Gonçalves Dias é um dos mais conhecidos poetas do Romantismo brasileiro, pertencente ao movimento literário oitocentista do indianismo, que preconizava a representação da natureza e das populações autóctones da América para marcar a originalidade do Novo Mundo comparado com a Europa (BAULER PEREIRA, 2010, p.3). Essa originalidade seria embasada especialmente pelo conhecimento da língua tupi, tomada por Gonçalves Dias como forma de acessar o passado por meio do estudo filológico e conseqüentemente, se tornando um método para o estudo da história indígena na Europa (BAULER PEREIRA, 2010, p.6).

Abel Barros Baptista, em relatório publicado em formato de livro, ao analisar as relações entre a literatura brasileira e a portuguesa, aponta que o Romantismo brasileiro, mais que um programa de nacionalização literária, teve o mérito histórico de fundar a literatura brasileira e, por isso, o Romantismo é uma forma de nacionalismo em que o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

15

escritor assume uma missão cívica e patriótica e a literatura desempenharia no Brasil o papel de representação da identidade nacional (BAPTISTA, 2005, p.27). Gonçalves Dias, no Prefácio do *Diccionario*, demonstra ser filho dessa geração do Romantismo que se propõe a publicar obras com o objetivo de fundar uma literatura brasileira, original e nacional que busca na cultura indígena os valores e as características do que poderia representar o brasileiro genuíno. Baptista sugere que o Romantismo buscou inventar o Brasil e, Gonçalves Dias, como todos os escritores da época, também se incumbiu de fazê-lo. Seus escritos surgem, portanto, como modalidade de interpretação do Brasil com a prescrição romântica de ter mesmo que subordinar sua literatura a essa finalidade, a de interpretar o Brasil (BAPTISTA, 2005, p.27). Inventando e interpretando o Brasil, Gonçalves Dias propôs o *Diccionario da Lingua Tupy*, para nós uma rica fonte histórica para chegarmos à história indígena dos índios do Império do Brasil.

A Memória etnográfica *Brasil e Oceania* (1853) apresenta a análise de Gonçalves Dias sobre os índios brasileiros, começando pela origem geográfica deles, sendo o Estado do Amazonas considerado a “Judéia” indígena, onde todos eles teriam se originado (KODAMA, 2007, p.6). Esse pensamento de Gonçalves Dias é fundamental para nós ao identificarmos os grupos indígenas elencados no *Diccionario*, pois, sendo o Amazonas a “Judéia”, os grupos indígenas do Amazonas e da região norte em geral, seus rituais, suas figuras míticas e sua religião podem ter sido por isso priorizados na escolha das informações que seriam registradas no *Diccionario*, explicando também a opção de Gonçalves Dias de buscar informações nos documentos de Alexandre Rodrigues Ferreira, que havia visitado a região.

Kodama nos lembra que Gonçalves Dias é partidário de uma divisão dos índios brasileiros recorrente na etnografia do século XIX, que contrapunha *índios tupis* aos *índios tapuias*, divisão reforçada pelos relatos coloniais, mas que nem sempre foi confirmada pelos etnógrafos que visitaram a América na primeira metade do século XIX, como Alcides d’Orbiny e Martius, para quem, respectivamente, havia um grupo maior que englobava grande parte dos índios do Brasil, o *brasilio-guaranyis*, ou, como segunda opção, deveríamos classificar os indígenas pelas línguas e dialetos que falavam,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

16

resultando na classificação proposta por Martius em oito ou mais grupos (KODAMA, 2007, p.8).

Assim, nossa metodologia residiu em considerar as informações fornecidas pelo *Diccionario da Lingua Tupy* (1858) como etnografia dos grupos indígenas do século XIX para chegarmos, conseqüentemente, a uma história indígena, especialmente da região Norte do Império, considerando que Gonçalves Dias acreditava que os índios brasileiros teriam sua origem no estado do Amazonas, de onde teriam migrado para o resto do país.

Referências bibliográficas

ANÔNIMO. **Vocabulário da língua brasílica**. Original. Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Manuscrito.180p. 01,01,014. Pará, 1751.

BAPTISTA, Abel Barros. **O livro agreste**: ensaio de curso de literatura brasileira. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

BAULER PEREIRA, Iuri. **Escrita e oralidade na língua tupi na obra etnográfica de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864)**. In: Anais do XIV Encontro Regional de História: Memória e Patrimônio - ANPUH-RJ. Rio de Janeiro, 2010.

CAROLA, Carlos Renato. Meio Ambiente. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Novos temas nas aulas de história**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2009, v. 1, pp. 173-200.

DIAS, Antônio Gonçalves. **Diccionario da Lingua Tupy, chamada Lingua Geral dos Indigenas do Brazil**. Lípsia: F.A. Brockhaus, 1858.

DIAS, Gonçalves. **Poesia indianista**: obra indianista completa: poesia e dicionário da língua tupi. Introdução, organização e fixação de texto por Márcia Lígia Guidin. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. LVII.

EDELWEISS, Frederico G. **Estudos tupis e tupi-guaranis**: confrontos e revisões. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editôra, 1969.

FIGUEIRA, Luis. **Arte de Grammatica da Lingua Brasilica, do P. Luis Figueira, Theologo da Companhia de JESUS**. Lisboa: Na Officina de MIGUEL DESLANDES, Na Rua da Figueira, 1687.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

17

KODAMA, Kaori. O tupi e o sabiá: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em *Brasil e Oceania*. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**. v. 4, ano IV, n.º 3, 2007.

KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil**: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

KRENAK, Ailton. Ecologia Política. **Ethnoscintia 3** (n.2 Especial): 1-2, 2018.

MARTINS, Maria de Lourdes de Paula. Notas sobre as Relações verificadas entre o Dicionário Brasileiro e o Vocabulário na Língua Brasílica. **Boletim 52 da Faculdade de Filosofia de São Paulo**. São Paulo, 1945.

OLIVEIRA, Joana Cabral de (et all) (Org.). **Vozes vegetais**: diversidade, resistências e histórias da floresta. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

PÁDUA, José Augusto. Martius e a Construção do Território Brasileiro. **Martius-Staden-Jahrbuch**, v. 62, 2018, p.56-58.

PRAZERES [MARANHÃO], Frei Francisco de Nossa Senhora dos. 1891. Poranduba maranhense, ou Relação historica da provincia do Maranhão [...] com [...] um dicionario abreviado da lingua geral do Brazil. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. v. 54, pt. 1, p. [4]-277.

SADALA, Klaudia; BRASILEIRO, Tania. Gênero e meio ambiente em populações ribeirinhas na Amazônia: o estado da arte de estudos que relacionam as temáticas. **AMazônica - Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação**, v. XIX, p. 9-23, 2017.

VELOSO, Frei José Mariano da Conceição. **Diccionario portuguez, e brasiliano, obra necessária aos Ministros do Altar, que emprehenderem a conversão de tantos milhares de almas que ainda se achão dispersas pelos vastos certões do Brasil, sem o lume da Fe', e Baptismo**. Lisboa: Officina patriarcal, 1795.